

**Fotografia e medo:
as visões da imprensa no caso
da morte do cacique Xicão Xukuru ¹**

Estêvão Palitot

Bolsista PIBIC/CNPq,
Pesquisador do GREI - Grupo Interdisciplinar de
Estudo e Pesquisa em Imagem,
Graduando em Ciências Sociais pela
Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa).

*"Em cima de medo, coragem."
Xicão Xukuru*

Estranhamento

No dia 20 de maio de 1998, por volta do meio-dia, eu estava em casa, assistindo televisão, quando a programação foi interrompida por um plantão jornalístico anunciando o assassinato do líder indígena Xicão Xukuru, em Pesqueira, agreste pernambucano. Ao ouvir aquela notícia, pensei: *"Mais um assassinado na luta pela terra. Outro Zumbi dos Palmares, outro Chico Mendes, outro Marçal Tupã... enfim, outro mártir!"*

Naquela época, eu já fazia o curso de Ciências Sociais, pensando em ser antropólogo, pretendia trabalhar com povos indígenas. Só não imaginava que, justamente um ano depois, estaria nas ruas de Pesqueira, acompanhando um ato público realizado pelos Xukuru em repúdio ao assassinato do cacique Xicão. Meu olhar, atônito, voltava-se para todos os lados ao mesmo tempo: para os poucos índios que já conhecia; para as faixas com mensagens e palavras de ordem; para a exteriorização da identidade étnica e política presente nos cocares de penas, nos colares de sementes, nas saias de palha, na pintura do rosto e nos maracás, arcos e flechas.

Tirava fotos como um alucinado (gastei quatro rolos). Era a primeira vez que eu via tantos índios juntos, e ainda mais, vestindo seus trajes rituais. Todo o romantismo etnográfico nutrido em leituras e discussões, filmes e fotografias, explodia num misto de ansiedade e encantamento. As pessoas, organizadas em duas filas indianas, eram tantas que precisei subir nos muros das casas e nos canteiros públicos para poder tirar fotos. Um carro de som enchia o ar de música, melodias tão nordestinas quanto indígenas, elaboradas exatamente para aquele momento, davam o tom épico. As letras falavam de Xicão, *guerreiro da paz*.

A multidão, organizada, percorreu as principais ruas da cidade, indo em direção ao local onde Xicão foi assassinado, em frente a casa de sua irmã, no bairro Xucurus. Desfraldada na parede da casa, estava uma enorme bandeira, nela, pintado o rosto do Cacique, envolto por um cocar onde estava escrito: *"XICÃO CONTINUA VIVO ENTRE NÓS"*. Muitas pessoas já estavam esperando os índios dobrarem a pequena

esquina, delas partiram os aplausos que saudaram a chegada da passeata. Muitos dos povos indígenas do Nordeste enviaram representantes para aquele momento.

Havia chegado a hora dos discursos, onde Xicão foi lembrado com muita emoção, por parte dos que falavam. Falaram os líderes Xukuru; os representantes dos outros povos; Wilson Pataxó, falou em nome da APOINME²; o Ministério Público e a Polícia Federal se pronunciaram a respeito das investigações sobre o crime e até mesmo deputados estaduais e federais manifestaram apoio. Depois de todas essas falas, os índios dançaram o toré, em homenagem a Xicão. Neste momento, afirmação étnica, sentimento religioso e reivindicação política se fundiram numa mesma performance.

À tarde, houve uma missa campal, na aldeia da Pedra D'água, próxima ao local onde Xicão estava enterrado. Muitas pessoas estavam presentes, não só índios, como representantes de universidades, ONG's, redes de televisão, movimentos sociais e partidos políticos. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, esteve presente, manifestando solidariedade. Antes da missa, todas as pessoas dirigiram-se até o túmulo de Xicão, numa pequena clareira, dentro da mata.

Vendo tudo aquilo, eu pensava em mil coisas ao mesmo tempo. Muitas perguntas surgiam em minha mente, e a cada observação, mais a curiosidade se aticava. Desde então, busco respostas para minhas dúvidas e, num caminho que envolve tanto a militância indigenista, como o esforço acadêmico, consegui acumular subsídios para formular com algum nível de clareza as minhas primeiras questões. Dentre elas, uma é especial e pretendo respondê-la, através da pesquisa que ora inicio.

Ficou óbvio, naquele dia, que Xicão não era apreendido como um mártir só por mim, universitário idealista, mas por muitas outras pessoas. E a sua importância política ultrapassava o âmbito da política indígena ou regional, atingindo um nível nacional. Desde então, um comichão intelectual e militante me persegue: como se constróem os mártires e heróis? o que há por trás de figuras históricas? quais são as condições sociais e culturais que permitem o surgimento de tais mitos? e, além do mito, quem era a pessoa, o ser humano, com angústias e alegrias, sonhos e decepções?

Tais inquietações me perseguem, tanto na sala de aula, com os colegas e professores, como no campo, junto aos índios. Ao participar dos grupos de pesquisa GEM (Grupo de Estudo em Sociologia da Emoção) e GREI (Grupo de Estudo e Pesquisa em Imagem), ambos coordenados pelo professor Mauro Koury, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, estou tendo a oportunidade para desfazer essas dúvidas. Neste grupo, estou realizando uma série de estudos abordando tanto a figura do Cacique Xicão como a organização social e as expressões culturais e religiosas do povo Xukuru. O pano de fundo é a situação de conflito e de tensão permanente que envolve as disputas pelas terras indígenas e as possibilidades de construção social decorrentes deste tipo de interação entre a sociedade indígena e a nossa sociedade. Nosso enfoque teórico recairá sobre *"o medo, enquanto processo social geral e específico de cada relação, que administram uma boa parcela dos sentidos e significados atribuídos ou adquiridos na conformação social oriunda ou proveniente de uma ação relacional dada"* (Koury, 2001: 3).

Segundo Koury (2001), os estudos sobre o medo, na maioria das vezes preferem abordar o seu aspecto de subordinação, os efeitos de retraimento, de processo disciplinar e de paralisia social e individual. Nessas abordagens, ficam de lado o caráter transgressor e a possibilidade de recriação de novas formas de sociabilidade

inerentes ao conceito.

Inseridos num contexto histórico de dominação e espoliação, os Xukuru vivenciavam o medo da morte, da fome e dos mais poderosos, o que inviabilizava qualquer postura reivindicatória. No entanto, sob a liderança de Xicão, tal situação reverteu-se, as rédeas da história passaram a ser disputadas pelos índios, no afã de serem agentes de seu próprio destino. A busca dos Xukuru "*pela recriação da ordem nesta situação de controle social rigoroso*" será a tônica central do nosso trabalho. Reconhecemos, então, que a figura do líder, por mais carismático que seja, não é a única responsável pelas mudanças sociais. Tais processos são coletivos, e, a história de vida do herói é tanto o ponto de partida, como o de chegada. Dela, partimos em busca do entendimento da história do grupo e para ela converge, idealmente, a mesma história. É nessa via de mão dupla que estamos navegando, ora subindo contra a corrente, ora descendo de "cabeça a baixo", tentando entender e descrever os Xukuru e sua organização social.

Os Xukuru: índios camponeses

O chamado Nordeste Etnológico engloba um conjunto de aproximadamente 40 sociedades indígenas que se espalham desde o litoral do Ceará até o norte da Bahia. Tal conjunto só se explica quando remetido aos processos históricos e sociais que conformaram o povoamento da região (Dantas *et al.*, citado em Cunha, 1998: 433). Podemos afirmar que se tratam de sociedades camponesas, integradas às malhas culturais, econômicas e simbólicas dessa faceta regional da sociedade brasileira (Amorim, 1975: 4). Essa integração, no entanto, não significa a ausência de uma consciência étnica por parte desses grupos, ou que eles estejam em vias de desaparecimento, diluindo-se em meio à população regional.

As maiores dificuldades para o reconhecimento pleno da etnicidade desses povos e de seus direitos políticos são causadas pela disseminação, na nossa sociedade, de estereótipos que associam o índio ao primitivo e ao passado. Além da velha apologia à mistura como fator de unidade nacional, pois essa idéia traz implícita a negação da identidade – e dos direitos políticos – de índios e negros. Nesse sentido,

"A história é vista mais como um fator modificador das culturas, como um obstáculo interposto ao conhecimento das estruturas profundas, do que como um fator de articulação e geração de sentido, como um instrumento cognitivo em que se poderia observar as diferentes formas de atualização de uma estrutura."
(Oliveira Filho, 1999: 124)

Os Xukuru do Ororubá, são um exemplo eloqüente de povo indígena nordestino que, para ter seus direitos étnicos e territoriais reconhecidos, têm de enfrentar toda esta artilharia ideológica.

A história das relações dos Xukuru com os não-índios na região de Pesqueira é marcada pela disputa em torno das terras indígenas. Em 1671 os Xukuru foram reunidos, junto com os Paratió, na aldeia missionária de Monte Alegre, na cumeeira da serra do Ororubá, sob a direção dos padres Oratorianos (Silva, 1998: 6). Começa aí o processo de ocupação das terras indígenas pela frente de expansão agropecuária e a catequese católica. Com o Diretório do Marquês de Pombal, de 1757, essa aldeia foi elevada a categoria de vila, em 1762, com o nome de Cimbres. Nessa época passou a ser administrada por uma câmara de vereadores. A resistência dos índios ao poder colonial que lhes era imposto foi constante: falando sua língua nativa, realizando seus rituais religiosos (proibidos pela igreja), e também, de forma mais ostensiva, andando armados e ameaçando as autoridades da Vila (Silva, 2000: 109).

A situação de conflito pela posse das terras continuou por todo o século XIX, com a crescente pressão dos latifundiários sobre as férteis terras da serra e a mão-de-obra indígena. Em 1824, uma força autorizada pelo governo pernambucano foi composta para punir os índios, sob a alegação de que estes praticavam roubos e assassinatos. Em 1836 a sede da vila de Cimbres passou para Pesqueira, antigo local de pesca dos índios ao pé da Serra do Ororubá (Silva, 1998: 20).

Durante a Guerra do Paraguai, 30 “voluntários” Xukuru foram convocados para lutar, entre eles, uma mulher. Em recompensa a atos de bravura, a Princesa Isabel, concedeu-lhes os títulos das terras que ocupavam, reconhecendo seus direitos. No entanto, no ano de 1879 o aldeamento de Cimbres foi extinto, apesar de todo o empenho dos índios durante a guerra. Assim, o século XIX termina com uma derrota para o povo indígena que perde suas terras e se vê forçado a submeter-se aos fazendeiros como mão-de-obra barata. De forma semelhante, muitos aldeamentos indígenas foram extintos nesse período, em todo o Nordeste.

A partir da década de 1920, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passa a atuar na região Nordeste reconhecendo uma série de grupos de “remanescentes” indígenas que lutavam pelo direito às suas terras tradicionais. Os primeiros povos a serem reconhecidos foram os Fulni-ô, de Águas Belas (PE); os Pankararu, de Tacaratu (PE); os Potiguara, da Baía da Traição (PB), os Tuxá, de Rodelas (BA); os Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios (AL) e os Kariri-Xokó, de Porto Real do Colégio (AL). Na década de 1950, os Kambiwá, de Ibimirim (PE); os Atikum, de Floresta (PE); os Xukuru do Ororubá, de Pesqueira (PE); os Kiriri, de Mirandela (BA) e os Kaimbé, de Massacará (BA) foram reconhecidos e, postos indígenas foram instalados em alguns desses territórios. O reconhecimento dos povos indígenas, neste período, no Nordeste, desenvolveu-se através de um conjunto de mediações sociais e culturais que se estabeleceram entre o SPI e os índios, e entre os próprios índios (Arruti, 1995: 70-72).

Este conjunto de mediações configurou um diálogo entre o órgão indigenista e os povos da região. A exigência oficial de que um traço cultural indígena fosse apresentado como rito sumário para a identificação dos grupos possibilitou que o toré fosse assumido pelos povos da região como um corpo de práticas e saberes, que ia sendo transmitido de um grupo ao outro, num processo de diferenciação e difusão cultural. Essa rede de mediações possibilitou a formação de um campo semântico comum aos povos indígenas da região, o que se tornou o seu principal instrumento de reivindicação étnica e política (Arruti, 1995: 70-72).

Até a década de 1950 os registros sobre os Xukuru eram escassos. Só em 1944 é que aparecem documentos oficiais, como o relatório do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, escrito pelo funcionário Cícero Cavalcanti. Na literatura antropológica, temos, em 1934, a pesquisa de Curt Nimuendajú, que identificou cerca de 50 descendentes, que, conservando alguns vocábulos de sua língua materna, os intercalavam no português usando um tipo de gíria. Dos anos 40 datam os artigos de Mário Mello e em 1958 o estudo do antropólogo Hohenthal (Souza, 1998: 46).

Quando da instalação do Posto Indígena, em 1954, foi garantida pelo governo a desapropriação de 15 ha. No entanto, como se não bastasse a exigüidade desses 15 ha, eles ainda foram reduzidos para 6,75 ha (Souza, 1998: 47). Assim, a questão das terras dos Xukuru foi solenemente ignorada e postergada por quatro décadas. A pressão dos fazendeiros sobre as terras indígenas provocou um fluxo migratório em direção às cidades de São Paulo e Recife, ainda em fins da década de 1960.

Construção de um líder

Nascido em 1950, na aldeia Canabrava, Francisco de Assis Araújo, o Xicão, é um desses emigrantes. Casa-se em 1970, e, cinco anos depois, vai para São Paulo, trabalhar como caminhoneiro. Após dez anos retorna para sua terra, doente e extenuado pela vida de trabalhos.

A situação vivida pelos Xukuru, em 1986, era, em toda a sua história, uma das piores. Sem terras para plantar, eram obrigados a procurar trabalho como assalariados ou diaristas; proibidos pela polícia de dançar o toré e de realizar a pajelança, viam sua cultura e seus ritos serem esquecidos e sua identidade ser negada; a tudo isso somava-se a repressão contra as tentativas de organização política, com prisões, espancamentos e torturas.

A política indigenista do Governo Federal durante a década de 1980 era claramente assimilacionista e pretendia, em última instância, transformar todas as populações indígenas do país em proletários rurais. O Posto Indígena Xukuru, era, então, um modelo de Colônia Indígena. Essa figura jurídica assentava-se numa situação de exploração da força de trabalho indígena por particulares e invasores de terras. O Governo, através da FUNAI³, reconhecia a existência do grupo indígena, destinava-lhe um posto de atendimento – assistencialista – mas não demarcava o território, arrendando ou vendendo-o, de modo que, os índios, sem meios para viver autonomamente, constituíssem mão-de-obra barata para os invasores da área. E tudo isso era feito em nome da “ordem e progresso”, da “civilização dos selvagens” e da sua integração na “democracia racial” brasileira.

É neste quadro de desagregação social e dominação, para os Xukuru; e de doença, para Xicão, que começa a trajetória do líder indígena. Dois fatores são importantes para que possamos entender esse processo: o primeiro diz respeito a intervenção do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão da Igreja Católica, que passa a se fazer presente entre os Xukuru, trabalhando as questões da terra e dos direitos indígenas; o segundo fator é de ordem local, e está profundamente ligado às concepções religiosas do grupo. Xicão havia sido escolhido pelos Encantados⁴ para liderar os Xukuru, e a cura para sua doença encontrava-se tanto na medicina, como na aceitação da sua missão. De fato, Xicão fez uma promessa à Mãe Tamain (Nossa Senhora das Montanhas), caso sobrevivesse à cirurgia a qual seria submetido, dedicaria sua vida ao seu povo. Encontrando a cura, Xicão passa a assumir responsabilidades cada vez maiores junto ao grupo das lideranças indígenas.

No período que vai de 1986 a 1989, Xicão começa a ganhar notoriedade, não só entre seu povo, como no movimento indígena regional e nacional. Em 1987 e 1988, os debates em torno da Assembleia Nacional Constituinte projetam a existência dos povos indígenas do Nordeste, antes desacreditados. O CIMI, neste momento, tem uma atuação destacada, proporcionando as condições necessárias para a participação política de vários povos indígenas em Brasília. O trabalho do CIMI voltava-se principalmente para o esclarecimento dos direitos indígenas, capacitando os representantes das aldeias para fazerem frente aos deputados e senadores. É a partir deste embate que Xicão passa a ser reconhecido no movimento indígena:

“Lá em Brasília, de cara, as outras lideranças botaram eu pra ser o da frente, para abrir as portas do Congresso Nacional nos trabalhos da Constituinte. Eu logo de cara topei essa barra pesada. Não conhecia Brasília, não conhecia o Congresso Nacional, não conhecia a FUNAI, mas os caras perceberam assim uma... Aí comecei a enfrentar o debate com Marcos Maciel, Sandra Cavalcante, do PFL do Rio de Janeiro.” (Xicão Xukuru, In Memórias do Povo Xukuru – CCLF, 1997)

A Constituição de 1988, representou um enorme avanço na política indigenista oficial, substituindo as premissas assimilacionistas pelo reconhecimento dos direitos originários sobre as terras, a organização social, costumes, línguas, crenças e

tradições e legitimando, aos povos indígenas, suas comunidades e organizações como interlocutores privilegiados, e plenamente capazes.

De posse desses trunfos, os Xukuru, assessorados pelo CIMI, passam a exigir das autoridades os direitos até então negados, principalmente aqueles que dizem respeito as terras. A garantia de liberdade associativa e religiosa impulsiona a organização étnica e política assentada na retomada dos rituais do toré e da pajelança, que passaram a congregar cada vez mais índios. Tal articulação culmina em dois atos de profundo significado histórico: o primeiro é a derrubada, pelos índios, através do Ministério Público Federal, do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca, que incidia sobre o território Xukuru, em 1989; o outro ato, é a retomada de uma parte da área indígena, a Pedra D'água.

A primeira retomada realizada pelos Xukuru foi a da Pedra D'água, de 110 ha, no dia 05 de novembro de 1990. Cerca de trezentos índios reocuparam a área que estava sob o domínio do Ministério da Agricultura e achava-se invadida por cerca de 15 famílias de posseiros. A Pedra D'água é considerada pelos Xukuru como um local sagrado, onde praticam desde muitos anos os seus rituais religiosos, que são de acesso restrito para os não-índios (Jornal Porantim, n. 133/134, nov./dez. 1990, p. 1; e Souza, 1998, pp. 79-105). Os índios a denominam de Pedra do Rei do Ororubá e a têm como um lugar de concentração de poderosas forças sobrenaturais. É um local bastante arborizado, com a presença de uma imponente mata nativa, e de afloramentos rochosos que se erguem sobre a vegetação. Os Xukuru se referem à Pedra do Rei da seguinte maneira:

"Essa pedra tem ciência. As pessoas quando sobem nela tem que subir com respeito. Quando os índios Xukuru cantam, os seus parentes antepassados aparecem para dançar também, mas não é todo mundo que vê, só os índios que têm ciência.

Na mata, tudo é movido por aquela pedra. (...) Chama-se Pedra do Reino do Ororubá ou Pedra D'água. É a mesma coisa. Pedra D'água quem botou foram os brancos, mas ali toda vida foi Pedra do Reino." (professores e lideranças Xukuru, In Almeida; 1998: 44)

Pedra D'água (1990), Caípe (1992), Pé de Serra (1993), Sítio do Meio (1998) e Tionante (1998), foram as cinco áreas reocupadas durante o cacicado de Xicão. A Pedra D'água foi a primeira e a mais representativa em termos simbólicos para os Xukuru, por ser um dos seus mais importantes locais de culto. Durante muitos anos os Xukuru foram impedidos pelas autoridades de Pesqueira de realizarem os seus rituais sagrados nas matas da Pedra D'água. Para cultuarem os encantados tinham que se deslocar até lá, de madrugada, em pequenos grupos.

Em paralelo, foi constituído pela FUNAI, um Grupo de Trabalho para realizar a regularização fundiária da Terra Xukuru, em março de 1989. Os trabalhos do G.T. se estendem até 1995, quando é realizada a demarcação física da área. Um ano depois, a publicação do decreto 1775/96, pelo Presidente da República, abre o precedente para que sejam contestadas, por parte de ocupantes não-índios, as demarcações de Terras Indígenas. Com base nesse decreto são impetrados 272 recursos contra a T.I. Xukuru, paralisando por cinco anos o processo de regularização fundiária⁵.

Esse processo de lutas e conquistas consolidaram Xicão no papel de cacique Xukuru, escolhido pela Natureza para guiá-los na luta pela terra e na conquista de seus direitos. Contra a mobilização indígena voltou-se a repressão dos fazendeiros e das autoridades de Pesqueira.

Violência e morte: repercussão jornalística

Desde que assumiu um papel destacado de liderança, Xicão passou a sofrer ameaças e violências de todos os tipos: telefonemas e cartas anônimas, tentativas de suborno, proibição do toré pela polícia, ameaças de morte, listas com nomes de índios a serem executados e assassinatos. Em 1992, foi assassinado José Everaldo Rodrigues Bispo, filho do pajé, e em 1995, Geraldo Rolim da Mota Filho, procurador da FUNAI. Após esses fatos, Xicão começa a andar escoltado por índios e busca junto aos Encantados, proteção espiritual para suas andanças.

Por fim, em 20 de maio de 1998, concretizou-se a sanha assassina e Xicão tombou em frente à casa de sua irmã. O velório durou três dias, índios de todo o Nordeste vieram prestar suas homenagens, políticos, sindicalistas, missionários, professores universitários, membros de ONG's, e uma infinidade de outros atores sociais estiveram presentes. O toré encomendou a alma de Xicão em direção ao reino dos Encantados, e seu corpo foi sepultado em meio à mata sagrada.

O assassinato de Xicão repercutiu na imprensa, em nível nacional. Era mais uma liderança indígena que tombava e a luta pela terra foi colocada, várias vezes, como o motivo das perseguições. Atentamente, a imprensa pernambucana acompanhou o caso, como pudemos observar no Dossiê Cacique Chicão Violência e Assassinato – 1998, organizado pelo CIMI. Apesar de uma tentativa de desqualificar o crime como político, levantando a hipótese de crime passional, o tom das reportagens terminava por recair na questão das terras e do conflito que as envolvia.

Com a morte, a figura de Xicão passou a ocupar novos patamares, seja em relação ao universo político nacional, onde se constitui como líder indígena martirizado, seja em relação ao próprio universo Xukuru, onde passa a integrar o mundo sobrenatural dos antepassados, prova eloqüente disso é o desabafo, em forma de oração, que D. Zenilda, viúva de Xicão, fez durante o seu enterro:

"Acolhe o teu filho minha Mãe Natureza, acolhe o teu filho!... Ele não vai ser sepultado... ele vai ser plantado, para que dele nasçam novos guerreiros!"

De uma forma ou de outra, Xicão agora não mais está vivo, nem tampouco morto, tornou-se um ideal, de comportamento, de liderança. Por ter ousado, e se arriscado a enfrentar situações desfavoráveis, venceu limites, deu exemplos. Ao transcender esta existência de forma brutal, eternizou seus atos. Passou a ocupar o rol dos mártires e heróis, sendo a idéia do sacrifício pessoal um dos elementos fundamentais da construção do indivíduo e da sociedade. Exemplos não faltam para o mundo ocidental: Jesus Cristo e os santos da Igreja; os grandes líderes que fundaram ou libertaram Estados-Nações; os revolucionários socialistas, como Che Guevara; os pacifistas como Martin Luther King ou Mahatma Ghandi; e os escravos, pobres e pequenos que ousaram levantar suas vozes, como Zumbi dos Palmares, Chico Mendes ou Margarida Maria Alves.

Caminhos a seguir

Este trabalho é, em sua essência, um exercício. Início com ele a árdua tarefa de uma pesquisa acadêmica. Sua elaboração destina-se a colocar algumas idéias em ordem, levantar alguns dados estruturais e apontar os possíveis caminhos da pesquisa. O eixo principal é a relação entre a construção de Xicão como líder e mito e a reconstrução e reelaboração de práticas culturais como formas de superação da situação de dominação vivenciada pelo grupo étnico. Neste ponto pretendo observar o entrecruzamento entre a etnicidade, a política, a religião, o medo e a superação individual e coletiva deste como um projeto de reordenamento social, levado adiante pelos próprios Xukuru, grupo indígena sobre o qual pesavam e ainda

pesam muitas formas de dominação, controle e negação. Dessa forma, não termino esta narrativa, deixo-a em aberto, como ponto de partida dessa pesquisa.

Bibliografia

- ALMEIDA, Eliene Amorim de (org.). **Xukurú - filhos da mãe natureza: uma história de resistência e luta**. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire, 1998.
- AMORIM, Paulo M. *Acamponesamento e proletarização das populações indígenas do Nordeste brasileiro*. **Boletim do Museu do Índio: Antropologia**, Rio de Janeiro, Museu do Índio, n. 2, 1975.
- ARRUTI, José Maurício Andion. *Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. **Revista Estudos Históricos**. v. 8, n. 15, jan./jun. 1995, p. 57-94.
- CENTRO de Cultura Luiz Freire. *Memórias do povo Xukuru*. Olinda: CCLF, 1997. Trabalho não publicado.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Dossiê Cacique Chicão: violência e assassinato*. Recife: CIMI, 1998. Trabalho não publicado.
- DANTAS, Beatriz Gois et. Alii. *Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1998, p. 431- 456.
- KOURY, Mauro G. P. *Medos corriqueiros: a construção social da semelhança e da dessemelhança entre os habitantes urbanos das cidades brasileiras na contemporaneidade*. João Pessoa: PPGS-UFPb, 2001. Projeto de pesquisa. Trabalho não publicado.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Entrando e saindo da 'mistura': os índios nos censos nacionais*. In: **Ensaio de antropologia histórica**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1999.
- OLIVEIRA, Kelly Emanuelly de. **Mandaru: uma grande reportagem sobre a história de vida do cacique Xicão Xukuru (PE)**. João Pessoa: UFPb, 2001 (Monografia de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo).
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- SILVA, Edson. *Resistência indígena nos 500 anos de colonização*. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). **Brasil 500 anos: reflexões**. Recife: Ed. da UFPE, 2000, p. 99-129.
_____. *Notas para uma história Xukuru*. Recife: s.r., 1998. Trabalho não publicado.
- SOUZA, Vânia R. F. de Paiva e. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: Massangana/ FUNDAJ, 1998.
- WELLEN, Aloys; SIQUEIRA, Francisco; WELLEN, Henrique; et al. **Xicão: herói e mártir do povo Xukurú**. Campina Grande: HARM, 1999.

Outras Fontes

- JORNAL Porantim, em defesa da causa indígena. n. 133/ 134, nov./ dez. 1990.
_____. n. 220, nov. 1999.
- XICÃO Xukuru. Produção da TV Viva. Recife: TV Viva, mai. 1998. 1 videocassete: VHS, NTSC, son., color. Documentário. Português.

Notas

1) Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante o VII Encontro de Antropólogos do Norte-Nordeste, realizado entre 28 e 30 de novembro de 2001 na cidade do Recife, no GT 05 - Antropologia Visual, sob coordenação dos professores Renato Athias (UFPE), Mauro Koury (UFPb) e Lisabete Coradini (UFRN).

2) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Entidade política formada no começo da década de 1990, representante da maioria dos povos indígenas desses Estados. Xicão foi um de seus fundadores e diretores.

3) Fundação Nacional do Índio.

4) Segundo os Xukuru, os Encantados são os espíritos de seus antepassados, forças vivas da Natureza, que velam e guiam os destinos de seu povo. A principal forma de contato entre os dois mundos, o material e o espiritual, se dá através dos rituais do toré e da pajelança.

5) Apesar de todos os recursos terem sido indeferidos, a homologação da Terra Indígena Xukuru só foi efetivada em abril de 2001.